

Variantes e Variedades: o uso dos clichês nos textos dos estudantes na EJA - Ensino Fundamental II

**Autor Emanuel Rodrigues de Souza (1); Coautor Rodrigo José Sousa Andrade(2);
Orientadora Roseane Batista Feitosa Nicolau (3)**

Universidade Federal da Paraíba profufpb@gmail.com, emanoelvox@outlook.com e go.andrade@hotmail.com

RESUMO: O desígnio deste artigo é refletir sobre alguns dos conceitos relacionados à variação linguística e o uso de clichês presentes nos textos dos estudantes do Ensino Fundamental em uma turma da EJA, no município de Vitória de Santo Antão em Pernambuco. Tratamos dos tópicos: a língua e as variedades linguísticas; a normatização e os preconceitos no uso de clichês como formas variantes do argumento, cujo sujeito pode ter seu texto construído sobre as bases do discurso alheio.

Palavras-chave: Variação Linguística. Clichês. Ensino.

1. INTRODUÇÃO

Com frequência observam-se suposições de que a utilidade da gramática seria de instrumento de aquisição da uma língua padrão escrita. O ato e o efeito de se comunicar estariam por esse estudo assegurado. No entanto, podemos nos questionar a esse respeito quando pensamos nas palavras de Perini (2010, p. 18):

Mas estudar gramática não leva, nunca levou, ninguém a desenvolver suas habilidades de leitura, escrita ou fala, nem se quer seu conhecimento prático do português padrão escrito. Essas habilidades podem e devem ser adquiridas, mas o caminho não é estudar a gramática. Podemos gostar disso, ou podemos não gostar – mas é um fato. Se quisermos manter os estudos gramaticais na escola, temos que descobrir outra justificção para eles. (PERINI, M. Gramática do português brasileiro. São Paulo: Parábola, P. 10, 2010.)

Ao refletirmos sobre as palavras de Perini, podemos observar o quanto é relativo o papel das gramáticas nas interações comunicativas e imprescindível se resignificar esse uso no cotidiano escolar, uma vez que a gramática não está diretamente ligada ao desenvolvimento do raciocínio e da criatividade de ninguém.



Podemos perceber que o uso da Gramática Prescritiva não é um norte a ser seguido sem contestação de uma inequívoca possibilidade de ascensão social e de um inquestionável entendimento semântico. Devemos contextualizar sempre os conteúdos comunicativos presentes na língua viva e útil. Uma vez que devemos ser, como bem disse Faraco, no livro Norma Culta Brasileira, “camaleões linguísticos”. Porque, a depender do público e do ambiente em que estejamos, o grau de formalismo e intenções comunicativas, devemos nos moldar e nos adaptar, permitindo-nos até deixar de lado a normatividade para se ser bem entendida a mensagem.

Por outro lado, há um embate histórico sobre a concepção e a importância da língua e da gramática normativa ao mesmo tempo, que se percebeu como genocida, física e linguisticamente, a influência lusitana no nosso país. Por interferência dos portugueses que não admitiam a existência de línguas nativas e impunham exclusivamente à dos colonizadores. Fazendo-nos lembrar as palavras de Marcos Bagno (2016) :

A colonização portuguesa foi como qualquer outra: predatória, genocida, escravagista, intolerante. E foi até pior: enquanto, por exemplo, a Espanha favoreceu a educação e a cultura em suas colônias, Portugal manteve seus domínios sob a ignorância e o analfabetismo até 1975, quando seu império ruiu de vez. A colonização portuguesa deixou como herança países que encabeçam a lista dos mais pobres e atrasados do mundo. (BAGNO, Marcos. Um livro excepcional. **Caros Amigos**, São Paulo, v.230, p.7, maio. 2016)

São tão sérias as palavras de Bagno que não é à toa que segundo pesquisas do Ministério da Educação, no Brasil são 16 milhões de analfabetos, pessoas que não conseguem sequer escrever um bilhete. Já os que não chegaram a concluir a 4ª série do ensino fundamental I, somam 33 milhões, concentrados em 50% no norte e nordeste do país. Isso mostra como a escola na nossa nação é precária e excludente e como se não bastasse essa lástima, temos incutido na nossa população o sentimento de que não sabemos escrever e falar o Português, quem dera soubéssemos falar outras línguas tão “precariedade” como sabemos falar a nossa.

A gramática normativa é apenas uma possibilidade de gramática, do mesmo modo que outras são existentes e igualmente importantes. Usando-se o que Carlos Alberto Faraco nos apresenta no capítulo I, do livro Norma Culta Brasileira: desatando alguns nós, de uma forma geral, vários segmentos da nossa população são lesados em razão da maneira como articulam a língua portuguesa, no Brasil; outros são prejudicados porque,

embora cidadãos brasileiros, não têm o português como sua língua materna; por fim, a educação que temos dado a nossos estudantes não lhes oferece as condições para transitar com segurança por entre as variedades do português que existem em nosso país, em especial no domínio da língua escrita.

A nossa cultura tem sido intolerante com muitas das variedades brasileiras do português e transformou em fator de discriminação social o modo como parte da população fala a língua. A escola não deve jamais compactuar com esse modo de pensar e agir, por isso um debate amplo na sociedade deve ser constantemente desenvolvido. É forçoso nos acendermos positivamente para as muitas variedades brasileiras do português, abarcando como a língua existe socialmente e porque ela é tão diversificada. Temos que ter a coragem de expor e ampliar esse leque em nossas salas de aulas.

Outrossim, seria pensarmos a gramática normativa como algo que precisa ser usado, mas não como imutável e perfeito. Bagno (2016) nos alerta novamente a esse respeito:

O grande escritor não é grande porque respeita mais ou desobedece menos as regras da gramática tradicional. O grande escritor é aquele que vai além do normal e do normativo, que tenta dar vazão à sua sensibilidade, exprimir de modo novo e surpreendente o que a realidade lhe comunica. É preciso libertar a língua usada pela imensa maioria das pessoas do [peso](#) insuportável de ser comparada aos usos feitos pelos grandes escritores. As pessoas não podem até hoje ser oprimidas e reprimidas pela culpa absurda de não falar tal como Machado de Assis escreveu seus romances no final do século 19! (BAGNO, Marcos. A escrita não é "a língua". **Caros Amigos**, São Paulo, v.226, p.7, janeiro. 2016)

Somos capazes de mudar nossa visão de língua se tivermos a consciência de que há variadas concepções de uso. Devemos estar atentos aos sinais de mudanças de atualizações da língua e da gramática normativa que também deve seguir nesse caminho. Sendo assim, as palavras de Perini (2010) nos reforçam a significação superficial do uso e da aquisição de uma nomenclatura padrão:

A gramática não esgota nem o estudo da língua, nem o da comunicação humana; mas é um ingrediente fundamental dela. Assim como nenhuma sociedade humana prescinde de comunicação, nenhuma existe sem uma língua, e todas as línguas têm gramática. Perini (2010, p.19)

A partir dessa perspectiva de Perini podemos dizer que a gramática normativa é um conjunto de normas que podem ser posteriormente adquirida de forma mais técnica, no entanto não implica dizer que devemos incutir na escola uma visão exclusivamente gramatical prescritiva, pois se há comunicação há uma gramática interiorizada e o

conceito de certo e errado pode ser subjetivo. Portanto, o contexto é o que prescinde todo o processo de interação comunicativa.

2. VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Elucidar, explicitar e combater o preconceito linguístico é uma das funções seminais da educação linguística e compete ao professor expor os valores sociais conferidos a cada variedade linguística. A língua é frequentemente usada na prática da discriminação, da exclusão social. Como bem disse Gould (2001):

Nunca conseguimos abandonar essa opinião característica de que as populações dos indivíduos reais formam um conjunto de acidentados, uma coleção de exemplos fracassados, cada um necessariamente imperfeito e incapaz de se aproximar do ideal além de certo ponto (Gould, 2001:66)

Não há razão para se acreditar que o ideal de comunicação linguística reside em um passado remoto, enquanto a situação hodierna é de fracasso e caos, ou seja, sempre se analisa com pessimismo. No entanto, nos lembra Bagno (2008), de que o Brasil é onde:

(...) são faladas mais de dezenas de línguas diferentes, entre línguas indígenas, línguas trazidas pelos migrantes europeus e asiáticos, línguas surgidas das situações de contato nas extensas zonas fronteiriças com os países vizinhos, além de falarem diversas línguas africanas trazidas pelas vítimas do sistema escravista.

Além desses comentários de Bagno, podemos ainda refletir um pouco mais acerca dessa variação linguística com Mussalin & Bentes (2006, p.34), “de uma perspectiva geral, podemos descrever as variedades linguísticas a partir de dois parâmetros básicos: a variação geográfica ou (ou diatópica) e a variação social (ou diastrática)”. As autoras asseveram que:

A variação geográfica ou diatópica está relacionada às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas. A variação social ou diastrática, por sua vez, relaciona-se a um conjunto de fatores e que têm a ver com a identidade dos falantes e também com a organização sociocultural da comunidade de fala. (Mussalin & Bentes, 2006, p. 34)

Sem dúvida alguma constatamos que as variações ficam evidentes quando se escuta um falante da região sul e um da região nordeste, até mesmo atribuindo nomes dessemelhantes para o mesmo substantivo, como a variante “menino” apresenta distribuição homogênea nos dez estados; as formas lexicais “guri” e “piá” têm

classificação heterogênea na região Sul; as variantes de etimologia indígena (“guri” e “piá”) são mais comuns nas regiões Sul e Centro-Oeste; há uma maior representatividade da variante “moleque” (étimo africano) na região Sudeste, principalmente em São Paulo e Minas Gerais.

Se uma variedade é um subsistema, ou seja, compõe uma aglomeração de variantes equivalentes, mas incompleta; não é um microssistema, isto é, não incide numa versão encurtada de uma língua. A variação linguística proporciona uma categoria, uma configuração diferente conforme o parâmetro em que nos movimentemos (diatópico, diastrático, diafásico...), no sentido de que o tipo e a quantidade de circunscrições caracterizadoras não são equivalentes para todos e a cada um dos parâmetros: certos letos podem ser caracterizados por um número elevado de variáveis; além disso, essas variáveis podem pertencer, ao plano fônico, morfológico, sintático, léxico, semântico, ou pragmático, sozinhos ou em qualquer tipo de ajuste.

Podemos afirmar sem incorrer em erro que uma língua não pode haver sem gramática, apesar disso, não há gramática sem uma língua anterior existente. O português brasileiro é tão abastado, mas esta riqueza ficou além da gramática a qual não admite introdução da linguagem popular. Imediatamente, as variações linguísticas, que tanto fazem parte da cultura dos falantes brasileiros, foram e são excluídas de sua própria língua, configurando-se assim como um erro secular.

Língua é variação. Sendo assim, a norma, em sua concepção mais adequada, representaria então a normalidade, a habilidade de determinado grupo de falantes com a língua em determinadas variações da mesma. É válido ressaltar que não existe “norma pura” nem estática, logo que toda ela é híbrida e heterogênea, não havendo, por exemplo, possibilidade objetiva de delimitação entre uma e outra. O entrecruzamento entre as normas evidencia que elas absorvem características umas das outras, sendo nós, de fato os tais “camaleões linguísticos” mencionados por Faraco (2009).

Critérios políticos e culturais interferem decisivamente em definições como as de “norma culta” e “norma padrão”. O *modelo de estudo da diversidade* proposto por Stella Maris Bortoni-Ricardo (2005), que busca distribuir as variedades em três *continua* que se entrecruzam, valoriza a análise dos ambientes em que determinada comunidade de prática vive, seu nível de escolaridade e sua seleção vocabular, criando um parâmetro de

registro da diversidade que leva em consideração o processo de urbanização no país e define os falantes que poderiam ser classificados como “cultos”.

Faraco (2009), de maneira irônica, renomeia a norma culta, chamando-a “norma curta” por compreender o quanto a tentativa de elitização, hierarquização social e percepção da língua como “instrumento de poder” é danosa para a nossa sociedade, “encurtando” a riqueza do idioma em prol de uma marca claramente aristocrática.

Entendemos a norma padrão como algo possível e acessível aos educandos, pois a enxergamos como uma norma comum de uma sociedade escolarizada, e, assim como todas as outras, passível de variações e níveis. Os apontamentos das pesquisas do NURC (Norma Linguística Urbana Culta) realizadas em 1997 indicaram que apenas uma parcela ínfima da sociedade brasileira, menos de 10%, representaria os falantes cultos, o que dá margem para depreender que a maioria da população seria “inculta” e destrói a ideia de que a língua é do povo e para o povo, tornando qualquer processo de hierarquização que a envolva sem sentido e sem propósito.

Dessa maneira, o foco das aulas de língua portuguesa deveria estar na leitura e na escrita que vislumbra a norma padrão falada e escrita, enquanto possível competência estudantil e não uma divisora social, irreal, elitizada e impossível de ser alcançada. Diante desse viés, faremos uma análise do corpus de nossa pesquisa, os clichês, mas antes introduziremos uma visão geral do tema.

2.1. USO DOS CLICHÊS

Segundo o dicionário Houaiss (2009, p.163) a palavra clichê é “frase frequentemente rebuscada que se banaliza por ser muito repetida; lugar-comum, chavão”.

Para Riffaterre (1989): “os próprios estilicistas negam-lhe qualquer valor expressivo e só estudam o clichê renovado, que dá vida às imagens fossilizadas”. É um ponto de compartilharmos também, uma vez que realmente traz um novo valor expressivo à linguagem até certo ponto banal, porém com uma nova roupagem se faz novamente significativa em valores conceituais.

O mesmo autor ainda diz a cerca do clichê que como um grupo de palavras que evoca julgamentos batidos, banais, fossilizados, gastos.

O clichê trata-se de uma estrutura lexical única, de conteúdo já fixado na língua, pois seus componentes, se empregados de modo separado, não são mais considerados como clichês. Observando por esse prisma podemos nos questionar se na realidade não estamos diante de mais variedade linguística. Porém não se pode deixar de se reconhecer o valor dessa expressividade.

Podemos exemplificar como clichês os pensamentos, as máximas, os slogans e os provérbios. Reboul (1974) conta que assumem papéis diferentes nas vozes diferentes que as pronunciam. No entanto, conforme Pécora (1986), o fantasma dos lugares-comuns é gerado a partir de uma imagem pré-fixada do interlocutor e tende a desfigurar, no texto, as marcas de seu produtor. "O ato de linguagem se anularia em função da manifestação de um código 'a priori'; o seu uso não iria além da representação de umas poucas regras e de um mesmo texto." Sendo assim, mesmo que signifique trivial, não deixa de ser diligente, prontamente não passa despercebido, avocando a atenção para esse ato comunicativo. Conquanto consistir em ser estereotipado, não frívolo. Porém, diante da originalidade ele perde o seu valor. No entanto, quando o clichê tem uma nova roupagem se revaloriza e amplia o seu valor comunicativo e persuasivo.

Sendo assim, vê-se o clichê como uma ferramenta importante, de forma geral, na construção da comunicação, devidamente interpretados com o intuito de difundir opiniões. Vamos, então, identificar e comentar o seu uso no trato direto com os estudantes em sala de aula.

3. DA TEORIA À PRÁTICA EM SALA

Partindo-se então desses estudos teóricos que salientam a importância de se promover a análise linguística em sala de aula, alicerçada ao entendimento de que as aulas de Língua Portuguesa devem se pautar no uso da língua enquanto variação, a metodologia aplicada teve uma estrutura simples, porém útil ao nosso propósito. Em sala, através de possibilidades discursivas utilizadas pelos estudantes, a utilização dos clichês em textos argumentativos estreitaram o nosso estudo, tornando-o mais específico, direcionando de forma mais prática o presente trabalho.

Originalidade, aptidão criativa e capacidade de pensar além do senso comum são virtudes prezadas na elaboração do discurso de um bom texto. Assim tomamos como

base para os critérios de análise de produções textuais de uma turma da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de um colégio do município de Vitória de Santo Antão, Pernambuco. Acreditamos que toda análise linguística entrelaça-se invariavelmente à seleção vocabular, dessa forma, escolhemos como objeto de estudo expressões consideradas por muito banais, refletidas em frases prontas, expressões e ideias generalizantes transmitidas como verdades incontestáveis, repetidas muitas vezes à exaustão por muitos falantes de idiomas diversos, sendo aqui, para a nossa análise, a Língua Portuguesa o nosso suporte.

Expressões idiomáticas que de tão utilizadas tornaram-se previsíveis foram notadas em textos argumentativos elaborados por estudantes dos anos finais do Ensino Fundamental da EJA, a partir da interpretação de um curta-metragem exibido em sala de aula. O curta de animação espanhol “Escolhas da Vida” (Alike), dirigido por Daniel Martinez Lara e Rafa Cano Méndez, retrata a relação entre pai e filho, estremecida pelo dia a dia padronizado, corrido e sem cor dos tempos de hoje. Não há falas, mas nos oito minutos de projeção do filme há atitudes e expressões dos personagens centrais que remetem à ausência de interação e tempo disponíveis entre eles.

Oportunizamos então como texto motivador essa película, para em seguida discutirmos sobre a temática dela. Nosso propósito era partir da exposição do discurso argumentativo oral, formulado por meio da interpretação de um texto audiovisual. A escolha do curta “Escolhas da vida” deveu-se ao fato de sua temática ser bastante pertinente e comum ao público da Educação de Jovens e Adultos, pois muitos deles são pais e mães que também têm dificuldade em manter uma rotina de maior contato com seus filhos, até mesmo porque quando não estão no trabalho, estão estudando em sala de aula conosco. Remetemos a Kleiman (2007, p.3): “A partir do momento em que o letramento do aluno é definido como o objetivo de ação pedagógica, o movimento será da prática social para o conteúdo, nunca ao contrário, se o letramento do aluno for objetivo da ação pedagógica”.

Alguns dos estudantes se pronunciaram, expondo possíveis interpretações para o filme, que imediatamente eram seguidas por exemplos do cotidiano dos próprios discentes. Vale salientar que a EJA compreende um público bastante heterogêneo, que em sua maioria trabalha no comércio da cidade de Vitória de Santo Antão ou em zonas

rurais das proximidades. Alguns, por timidez ou medo de se pronunciar em voz alta optaram por apenas ouvir os mais desenvoltos. Outros, em meio à exposição oral, falavam mais baixo com o companheiro da banca do lado, e, quando convidados a socializar suas ideias preferiam se abster do convite. Porém, uma parcela significativa da sala (que abarca 40 estudantes) se sentiu à vontade para a exposição de seu ponto de vista, observando detalhes significativos para o embasamento de seus argumentos. “A oralidade enquanto prática social é inerente ao ser humano e não será substituída por nenhuma outra tecnologia” (MARCUSCHI, 2001, p. 36). Assim, ratificamos a importância do desenvolvimento de atividades comunicativas em sala que intencionem a formação de estudantes desenvoltos tanto no trato da fala quanto da escrita.

Oralmente, pela espontaneidade que o discurso já compete, foram percebidos coloquialismos, evidenciados por formas reduzidas ou contraídas, regionalismos e gírias. No entanto, o uso frequente de determinadas expressões usadas para a articulação de ideias, tais como: *nos dias de hoje, atualmente, concluindo, do mesmo jeito que*, entre outras, chamaram-nos a atenção, bem como foram decisivas para a realização desse trabalho.

Ditados populares também foram mencionados durante a exposição oral do entendimento do curta-metragem. “De pequeno se faz o grande”, “Filho de peixe, peixinho é” e até “A esperança é a última que morre” fizeram parte dos argumentos de alguns estudantes, sendo utilizados como fechamento do discurso. Em meio à espontaneidade da aula, nós professores ainda ousamos acrescentar, ao final da última fala, que o discente havia “fechado com chave de ouro”, contribuindo propositadamente para a percepção de que os discursos se pautavam talvez de forma excessiva quanto à utilização de expressões já criadas outrora, em um misto de valorizar a contribuição dos estudantes para a argumentação oral do tema proposto pelo curta de animação, mas também de fazer com que a turma atinasse com bom humor para a recorrência do uso dos clichês.

No entanto, nossa intenção ia um pouco mais além da oralidade. O que de fato pretendíamos analisar é se também na escrita os clichês apareceriam, tendo em vista que a variação linguística também contempla os registros escritos, principalmente quando antes o discurso já foi explicitado através de argumentos expostos através da oralidade.

Marcuschi (2001) considera que nas práticas da vida diária das sociedades atuais o uso da oralidade e da escrita não são mecanismos diferentes e nem isolados, mas que se apresentam e formam um importante conjunto integrado de práticas sociais e culturais. Percebemos então, que houve uma tendência a escrever boa parte do texto sugerido utilizando alguns dos recursos orais anteriormente usados.

O gênero redação escolar foi o escolhido por nós professores. Nele, podemos encontrar desde clichês tidos como modernos, como “voltar à estaca zero” e “colocar a casa em ordem”, assim como o clássico e pueril “era uma vez”, escrito logo no início de uma das redações, que ilustrava de forma resumida inicialmente a narrativa do curta-metragem, para depois argumentar sobre a mensagem dele.

Todos os estudantes da turma presentes na exibição de “Escolhas da vida” produziram seus textos, porém, optamos por fazer um recorte, selecionando apenas cinco redações para este estudo. Escolhemos justamente os textos daqueles que mais participaram da exposição oral. Dos cinco, dois deles estão na faixa dos 40 anos (um homem e uma mulher), outros dois têm 18 anos (duas mulheres) e um deles (um homem) tem acima de 50. Todos trabalham no comércio da cidade, exceto o mais velho, morador da zona rural. Levamos em consideração o fato dos cinco terem apresentado maior interesse tanto na sequência oral, quanto na atividade escrita. As aulas utilizadas eram geminadas. A exibição do vídeo e o seu debate ocorreram em uma hora-aula. Os estudantes dispuseram da outra hora-aula para a produção das redações. Estas últimas, até mesmo pelo tempo reduzido de aula, foram escritas de forma compacta, em textos que sintetizavam os argumentos que foram anteriormente falados. Sugerimos a produção de um texto entre 15 e 20 linhas. Uma parcela da turma optou por textos um pouco menores.

Diversos fenômenos linguísticos, incluindo também os relacionados a questões estéticas do texto foram notados nas cinco redações. Mas o relacionado ao uso do clichê, nosso objeto de estudo, se fez notar de maneira mais evidente. O que fez com que fizéssemos um recorte da nossa análise quanto à gramática e as suas variações, observando especificamente tal fenômeno.

3.1. PERCEPÇÕES ACERCA DO USO DOS CLICHÊS

Não há como não discursar de forma restritamente inédita. Até porque somos influenciados direta ou indiretamente por discursos alheios. E isso é natural, compreensível e corriqueiro. Parafraseamos constantemente ideias, opiniões e pontos de vista com os quais nos identificamos, reciclando com o passar do tempo até mesmo os nossos próprios conceitos. Sendo assim, o que se procura nesse estudo está longe de ser qualquer tipo de ineditismo vocabular ou uma originalidade singular por parte dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) de Vitória de Santo Antão. Nossa análise focada no uso de clichês também não busca ser tendenciosa ou recriminatória, e, isso fica claro a partir da escolha do eixo de Gramática e Variação, que por alguns momentos, de certa forma, entrecruzou-se com o de Construção de Sentido.

A gramática do uso, a reflexiva, tem aqui a sua importância e esta pesquisa etnográfica ratifica o foco do estudo da língua portuguesa em estabelecer a competência comunicativa do estudante em contextos diversos e finalidades variadas. Assim como a sociolinguística compreende a língua como variação social, nossa análise nos permite inferir que o uso dos clichês, seja na oralidade, seja na escrita não prejudica a compreensão, nem comprometem a comunicação, mas podem carregar nosso discurso com repetições abusivas, denotando muitas vezes ideias redundantes, que tendem a ficar, principalmente no texto escrito, dispensáveis na construção de sentido.

Os textos produzidos pelos estudantes da EJA foram analisados pelos professores deste artigo visando um retorno para os discentes em questão quanto ao desenvolvimento da consciência de suas escolhas gramaticais. Texto base, argumentação oral, produção escrita e conseqüentemente a análise do material produzido socializada com a turma foi a seqüência escolhida por nós, para que de maneira simples e viável nossa pesquisa se efetuassem.

Na socialização da análise das redações com a turma foram destacadas as expressões clichês presentes na escrita, assim como foram mencionadas outras ditas na aula-debate. Muitos mostraram-se surpresos ao perceberem que o recurso linguístico utilizado por eles tem nome e é classificado por muitas gramáticas tradicionais como um “vício de linguagem”. Nas redações do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), por exemplo, é abominado e implica em diminuição da pontuação na Competência 3:

Selecionar, relacionar, organizar e interpretar informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa de um ponto de vista. O que interfere diretamente na pontuação da Competência 4: Demonstrar conhecimento dos mecanismos linguísticos necessários para a construção da argumentação.

De fato, basear uma redação em expressões que remetem ao senso comum, amplamente repetidas, torna os argumentos artificiais e sem profundidade, a ponto de perderem a credibilidade. Seria então descabido realmente arriscar, em uma prova como a do Enem, a “reputação” de um texto que almeja ser parte importante da nota de um propenso estudante universitário. Entretanto, faz-se imprescindível salientar aqui em nossa análise que essa verdade tem contextos que não se aplicam em outras realidades e que, inclusive para o público dos anos finais da EJA do Ensino Fundamental, pode ser contestada, tendo em vista que a utilização do clichê é muitas vezes intencional, ilustrativa, figurativa e favorável à fundamentação de argumentos do uso cotidiano.

Clichês jornalísticos podem ser úteis quanto a estratégias midiáticas. Muitos provérbios seguem a premissa dos clichês e são importantes para a identidade cultural do indivíduo. Gírias e jargões, chavões e frases prontas só empobrecerão o discurso se forem mal articulados. Ao término desse estudo, analisamos que a competência comunicativa passa invariavelmente pela adequação dos recursos e das instruções de sentido. Encaminhar o estudante para a gramática teórica e para o trabalho de aprimoramento da língua faz-se necessário, porém sob um viés sociolinguístico que desenvolva a sua capacidade de adaptação e escolha. Findamos a nossa análise, portanto, conscientes de nossa função enquanto professores de Língua Portuguesa do Ensino Básico e positivos quanto ao desenvolvimento da consciência linguística por parte dos estudantes. Estudar a Língua e as suas possibilidades de utilização em contextos e intencionalidades diversificados deve ser o intuito de todos os que fazem parte do processo educacional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o intuito de finalizar o presente trabalho, gostaríamos de ressaltar que o desenvolvimento deste estudo, acerca dos Clichês, possibilitou uma análise de como

podem ter relevância comunicativa nos textos, no lugar de uma tendência imediata de se censurar seu emprego. Além disso, também permitiu uma pesquisa que valorizou traços da oralidade atrelados à escrita para se obter dados mais consistentes sobre as etapas do processo discursivo, parte mais preciosa de sua estrutura composicional.

Entretanto, se seu emprego numa primeira leitura parece tosco, ao analisarmos o texto, percebemos que a predominância de clichês tem a finalidade de guiar a percepção do leitor, precisamente para o que tende a se tornar estilo textual, mesmo que não seja original. De tal modo, esses elementos não passam despercebidos, tornando-se desvios em relação ao padrão geral o que embute exatamente a não admissão dessa forma de pensamento como trivial.

Nessa perspectiva, repensamos nossas práticas tradicionais de produção de texto e elaboramos a atividade pedagógica, descrita neste artigo, sob a mediação de recursos pragmáticos do uso dos clichês na escrita de diferentes estudantes do anos finais do Ensino Fundamental. Dada à importância do assunto, torna-se necessário o desenvolvimento de pesquisas mais profundas na área, pois sem dúvida não é um assunto esgotado e fundamenta-se em várias perspectivas acadêmicas.

Embora tenham existido dificuldades para a realização do trabalho, acreditamos que os resultados tenham sido favoráveis quanto à investigação proposta nesta pesquisa. Dessa forma, o professor que almejar trabalhar com a análise dos clichês deve estar disposto para saber identificar esses instrumentos, de modo crítico, oferecendo ao seu estudante possibilidades de pensar e refletir, perante numerosos textos que lhes acercam, no cotidiano, pela *web* e por outras diferentes mídias e formatos, que fazem parte do dia a dia dos alunos e influenciam diretamente na sua escrita e no modo de se expressar, sabendo transformar informação em conhecimento, contribuindo para um ensino mais justo, transformador e funcional.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. A escrita não é “a língua”. **Caros Amigos**, São Paulo, v.226, p.7, JANEIRO. 2016.
- BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: o que é, como se faz**. 49ª ed. São Paulo: Loyola, 2008.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2011.
- BAGNO, Marcos. Um livro excepcional. **Caros Amigos**, São Paulo, v.230, p.7, maio. 2016
- BENTES, A. C. **Linguística Textual**. In: MUSSALIM, F.; BENTES, A. C. (Orgs.). Introdução à linguística: domínios e fronteiras. 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?** São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/33206>>. Acesso em 30 de agosto de 2017.
- HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro, Ed. Objetiva, 2001.
- FARACO, C. A. **Norma culta Brasileira: desatando alguns nós**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.
- KLEIMAN, A. **Oficina de leitura: teoria e prática**. Campinas: Pontes, 2007.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Da fala para escrita: atividades de retextualização**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- PÉCORA, Alcir. **Problemas de Redação**. São Paulo, Martins Fontes, 1986.
- PERINI, M. **Gramática do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.
- REBOUL, Oliver **O Slogan**. São Paulo, Cultrix, 1975.
- RIFATERRE, Michael. **Estilística estrutural**. São Paulo: Cultrix, 1973.